

PARQUE E CIDADE DA CIENCIA DA CULTURA

GUSTAVO MARTINS MARQUES

RESUMO

A busca por investimentos e por meios geradores de qualidade de vida é constante em inúmeras cidades no mundo inteiro. As soluções mais freqüentes e, diga-se, sensatas, apontam propostas que conjugam ocupações e usos que satisfaçam estes dois aspectos: desenvolvimento e qualidade de vida. Este trabalho apresenta uma proposta de incremento econômico, social, urbano e ambiental para o Sítio Santa Eulália, em São Luis, capital do Maranhão, Brasil. A gleba do Sítio possui área de 195,5ha, além de importante reserva natural e de localização privilegiada entre as praias e o centro histórico. Apesar desse potencial, o cenário atual é de ocupação indevida, degradação e abandono, com riscos ao ecossistema local e prejuízos ao erário público. Esta proposta apresenta a criação de um Parque - de mesmo nome da gleba - e a Cidade da Ciência e da Cultura com aproveitamento abrangente, diversificado e sustentável como solução para reverter a realidade atual dessa área.

1. INTRODUÇÃO.

A busca por investimentos e por meios geradores de qualidade de vida é constante em muitas cidades no mundo inteiro. Comumente, a equação utilizada para se gerar qualidade de vida em bairros ou em várias áreas dessas cidades leva em conta a integração entre infraestrutura, usos múltiplos e transporte. Nos últimos anos, o valor ambiental se tornou parâmetro relevante a considerar, especialmente, combinado a moradia, lazer e fácil acesso a atividades rotineiras: trabalho, educação, saúde e lazer.

Veem-se algumas experiências exitosas, como por exemplo, a Expo 98, em Lisboa, Portugal; a região central de Berlim, Alemanha; o centro tecnológico em Hanói, Vietnã, ou ainda, a Expo 2010, em Xangai, China. Há uma crescente oferta de melhorias efetivas, já consolidadas em cidades de grande porte. Em face dessa tendência - note-se, irreversível - é que pequenas e médias cidades, sobretudo as de países em desenvolvimento, devem preparar seus planos de organização e de crescimento de modo a contemplar soluções urbanísticas diferenciadas que, ao mesmo tempo, se provem eficientes em atrair investimentos.

Nesse sentido é que se ressalta a importância do Desenho Urbano no desenvolvimento de soluções integradas para grandes áreas e bairros nas cidades. Esse é o instrumento adequado para que se determinem a coerência entre formas e funções; a coesão entre arquitetura, urbanismo, paisagismo, meio ambiente e transporte; o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social; a conexão entre espaços macros e micros; e a conciliação entre usos e ocupações de tais áreas.

É nesse contexto possível e economicamente viável que nasce essa proposta integrada para a gleba do Sítio Santa Eulália, compreendendo o Parque da Cidade, da Ciência e da Cultura, em São Luis, capital do Maranhão, Brasil.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO.

O Sítio Santa Eulália apresenta localização privilegiada (Figura 1), na região denominada Jaracaty, e sua gleba está situada entre o igarapé Santa Eulália (do Rio Anil) e a Avenida Euclides Figueiredo, próximo tanto da sede administrativa do Governo do Estado como de um dos maiores shoppings da cidade, o São Luís. No entorno, há vários outros equipamentos urbanos institucionais, de saúde e de serviços. A região dispõe de fácil acesso viário, se situa entre as praias e o centro histórico e tem ainda ligação aos principais bairros de São Luís, através de quatro avenidas - Colares Moreira, Holandeses, Jerônimo de Albuquerque e Ferreira Gullar. Essa localização combinada à proximidade de equipamentos e a outros fatores representa uma evidente singularidade para a promoção do desenvolvimento urbano do Sítio, como demonstrará este estudo.



Figura 1: em amarelo, localização do Sítio Santa Eulália, na cidade de São Luís, capital do Maranhão, Brasil.

O Sítio Santa Eulália é uma gleba de propriedade do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), subordinado de a Lei Complementar de nº 40, de 29 de dezembro de 1998. Tem a singularidade de representar a única grande área ainda disponível em toda a cidade pertencente a um único responsável, o que equivale a ser, por si só, um facilitador para potenciais empreendimentos, considerada a unidade física e legal da área.

A atual importância da gleba é decorrente do crescimento urbano que por, aproximadamente três décadas, se deu no sentido centro → praias. O centro de São Luís nasceu com a fundação da cidade, em 1612 (Meiros, 1992) e se consolidou na faixa entre os rios Bacanga e Anil. Ao final dos anos 1960, com a construção da ponte José Sarney (Marques, 1996) e a conseqüente interligação entre o centro e o bairro São Francisco, - que permite acesso à praia da Ponta D'areia - se consolidou a possibilidade da expansão até a região praiana como um todo. Alguns anos depois, o Plano de Transportes e Desenvolvimento, instituído em 1975, permitiu uma contundente ampliação da malha viária em toda a cidade, definindo e tipificando diversas áreas de expansão, com implantação de vias, a exemplo da segunda ponte - a Bandeira Tribuzzi -, e pela Avenida General Euclides Figueiredo, que permitem, atualmente, acesso à região onde se situa o Sítio Santa Eulália (PMSL, 1975).

Às margens da Avenida General Euclides Figueiredo, uma área relativamente extensa ficou designada a abrigar o Lixão do Jaracaty, desativado em 1992. Nas proximidades desse local funciona, hoje, o Shopping São Luís.

No fim dos anos 1980, se lançou a proposta de ocupação para a gleba com a implantação de um conjunto habitacional para populações de baixa renda. O loteamento chegou a ser anunciado e foram iniciadas obras de terraplanagem e de infra-estrutura. Mas, divergências políticas e a falta de recursos inviabilizaram o empreendimento, e a área restou inteiramente abandonada, como ilustra a Figura 02.

Desde então, não se deu nenhuma nova iniciativa para o Sítio Santa Eulália. E, passados mais de vinte anos, o que se verifica é o solo já inteiramente desprotegido e exposto à ação do tempo e a inevitável ocorrência de voçorocas por toda a área. Além disso, a terra revolta pela terraplanagem interrompida provocou ou sofreu assoreamento e há várias áreas parcialmente tomadas por vegetação e por antigas benfeitorias já degradadas. Somam-se a isso algumas intervenções conflituosas, como assentamentos irregulares e utilização indevida do igarapé. O cenário atual é de degradação e abandono. O Sítio representa riscos ao ecossistema local, prejuízos ao patrimônio público e, hoje, se caracteriza por um grande vazio urbano, sem qualquer destinação racional para a cidade.



Figura 2: extensão da área abandonada e amostra da degradação do solo do Sítio São Eulália.

Apesar de existirem eficientes mecanismos de desenvolvimento urbano, instrumentos jurídicos e políticas orientadoras para utilização sustentável de áreas como essa, - como se verá adiante - não houve qualquer proposição plausível para uso da gleba. Muito menos, qualquer ação articulada entre entes públicos e privados, ao longo de quase quarenta anos, se considerado o início da expansão contemporânea de São Luís.

Ao contrário, o que se observou, ao longo desse período, foi o parcelamento em lotes da área periférica ao Sítio. Ações aleatórias que, sem qualquer propósito que não o imediatismo, resultaram em algumas edificações isoladas e descoordenadas, que só serviram para acentuar o mau uso da gleba, visto o seu potencial, sobretudo, o ambiental.

Como já dito, a gleba do Sítio é banhada pelo igarapé homônimo (Jackkopöyry, 1989) e ocupa área de 195,95 ha. Além disso, dispõe de significativa vegetação arbórea (Figura 03) e de sistema de várzea com extensas áreas de mangue e mata ciliar em bom estado de conservação, às margens do igarapé.



Figura 3: amostra da abundância da vegetação arbórea do Sítio Santa Eulália.

3. DIRETRIZES DO DESENHO URBANO.

As proposições para o desenvolvimento contemporâneo das cidades, de modo geral, têm respeitado o acervo e as peculiaridades naturais de uma área, e nesse sentido, o Desenho Urbano tem sido uma ferramenta profícua ao permitir, prévia e conceitualmente, combinar soluções integradas para áreas com valores urbano, ambiental e cultural.

O Desenho Urbano, do inglês *urban design*, é a compatibilização de lógicas diversas e a interface de vários componentes (Krafta, 1986), voltado, sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em estudo. É também a integração multidisciplinar entre planejamento, arquitetura, paisagismo e transporte (Hartshorn, 1980). E, acrescente-se, à preservação do meio ambiente, como aprimoramento inevitável dessa visão.

Os registros históricos da evolução urbana nos mostram que os princípios estéticos e geométricos estão intensamente presentes no surgimento dos espaços renascentistas. Por outro lado, a criação do ambiente socialmente ideal se inspira contempla a concepção da “Cidade Jardim”, e, no modernismo, há uma combinação entre ideais físicos e sociais considerados os aspectos da densidade, da natureza e da autonomia. A aplicação do Desenho Urbano envolve tudo isso, bem como o processo de transformação da forma urbana e o espaço resultante de tal processo (Madanipour, 1996).

Segundo o Relatório Buchanan (Choay, 1965, p.256), Desenho Urbano é a prática de planejamento e projeto dos espaços das cidades, uma espécie de “arquitetura grande”, que satisfaça objetivos sociais e que resulte esteticamente agradável. A unidade do espaço é uma preocupação presente no Desenho Urbano, mesmo com a multidisciplinaridade entre forma e função que lhe caracteriza.

Segundo Prinz (1980), a aplicação do Desenho Urbano pode se dar na forma de projeto ou de controle do desenvolvimento, através de regulamentações. Na prática, ambas as ferramentas atuam simultaneamente. Eugène Hénard demonstra que, em qualquer circunstância, o papel do poder público é fundamental (CHOAY, 1965, p. 252-253), pois, nos processos de produção do espaço urbano é sempre necessária a presença do Estado, seja como regulador, como empreendedor, como coordenador ou como detentor da área.

Para que o Desenho Urbano atinja os efeitos presumidos, é necessário seguir e cumprir à risca suas diretrizes essenciais e, sobretudo, sua concepção de equilíbrio e de integração entre todos os aspectos em questão (BRODEUR Apud EISNER et al., 1993).

Constata-se, desse modo, que o caso do Sítio Santa Eulália configura uma oportuna situação para a aplicação dos princípios do Desenho Urbano. A proposta ora apresentada respeita, precipuamente, todos esses fundamentos, bem como a legislação vigente sobre a matéria, resumida no próximo item.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO.

A integridade e a qualidade ambiental e urbana da gleba do Sítio Santa Eulália devem ser asseguradas e valorizadas. É sob esse aspecto que vale citar a legislação local de uso do solo, de 1992, que contempla o Sítio com três zonas urbanas: a Administrativa (ZAD), a de Proteção Ambiental 2 (ZPA 2) e a de Reserva Florestal (ZRF). A legislação municipal sustenta, portanto, critérios preliminares de valorização e de manutenção das características intrínsecas da gleba.

Além disso, a mesma Lei estipula que o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, bem como as obras a serem implementadas só deverão ser aprovadas após apresentação do plano urbanístico e ambiental para a área, com propostas de preservação e recuperação das bacias hidrográficas, segundo o artigo 222 da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de 1992, essa complementar ao Plano Diretor, também de 1992. Mas o que se verifica, na prática, é não apenas a omissão quanto aos critérios legais do município, como também o descumprimento a eles.

Por outro lado, lei federal denominada Estatuto da Cidade dispõe sobre o disciplinamento urbano brasileiro e entre muitos aspectos estimula a função social da terra. Sobretudo, a utilização de espaços ociosos e degradados situados em áreas urbanas e centrais, o que representa exatamente as condições do Sítio Santa Eulália. Portanto, além da Lei municipal, o Estatuto da Cidade também foi desrespeitado, no caso em questão.

Convém ainda mencionar que, entre as estratégias da Agenda 21 - política nacional para o estímulo a cidades sustentáveis - está a recomendação de “implementar planos de desenvolvimento urbano capazes de minimizar as ocorrências de acidentes e desastres nas cidades, especialmente, nos aspectos relativos ao escoamento dos excessos de água dos fundos de vale”, e ainda “coordenar as ações referentes ao uso e à ocupação de solo, transporte e trânsito, visando reduzir as tendências de crescimento desorganizado das cidades e otimizar o uso do sistema de transportes, ao relacionar sua estruturação às formas mais equilibradas e sustentáveis de uso e ocupação do solo”. Tal diretriz, como se vê, vai ao encontro da Lei municipal, já citada.

Portanto, apesar do contundente amparo legal para a promoção do desenvolvimento sustentável da área, não se observou, ao longo de anos, nem respeito nem comprometimento das políticas governamentais em salvaguardar ou explorar adequadamente o Sítio Santa Eulália. É necessária uma proposta integrada - urbana e ambiental -, multidisciplinar e capaz de agregar e orientar os interesses da cidade e da sociedade. Desse modo, é preciso elaborar um plano que contemple o aproveitamento do estoque de área existente; recupere e valorize seus espaços degradados; propicie a integração dessa área e seu entorno, e principalmente, que favoreça o bem-estar da população e a cidade, como um todo.

5. PROPOSTA

O aproveitamento do Sítio Santa Eulália, se não fundamental, no mínimo, seria decisivo para o desenvolvimento de São Luís. Além de valorizar o imenso potencial ambiental que lhe distingue, uma proposição coerente e racional para essa área permitiria inserir São Luís no atual contexto urbano e econômico brasileiro como das poucas capitais a apresentar exemplo prático a ser seguido por cidades de médio e pequeno porte em fase de crescimento acentuado. E o mais importante: se tornar modelo referencial de planejamento urbano concomitante a desenvolvimento sustentável, antes que a desordenação e o descontrole urbanos se acumulem, como se constata com tanta frequência em cidades que não adotaram essa opção a tempo.

Com base nos fundamentos conceituais apresentados, nos parâmetros jurídicos e na realidade local, nasce a proposta sustentável de intervenção para o Sítio Santa Eulália que visa: garantir uma função social ao espaço; promover a integração urbana; aproveitar a infraestrutura existente; preservar o patrimônio natural; recuperar áreas abandonadas e degradadas; criar um espaço verde de qualidade com características ambientais e espaços para recreação e lazer; estimular a multiplicidade de usos; e promover ligações que, ao mesmo tempo, aliviem a sobrecarga de outras vias expressas e facilitem a integração desse novo bairro com a cidade.

Nessa proposta, o aproveitamento destaca a manutenção das características naturais existentes e o reflorestamento das áreas degradadas, essenciais para a integridade do ecossistema local. Além disso, a urbanização se restringe apenas às áreas que já sofreram intervenções como forma de otimizar a destinação dos recursos públicos despendidos no passado. Assim, a proposta resume uma concepção integrada de desenvolvimento, composta de uma zona de interesse ambiental e outra de interesse urbano, além de uma nova avenida, como mostram as Tabelas 01 e 02. Ressalte-se, mais uma vez, que essa proposição considera devidamente tanto a legislação vigente quanto o acervo ambiental, conforme a Figura 04.

Tabela 1: informações gerais da proposta para o Sítio Santa Eulália.

Itens	Dados
Proprietário	Fundo de Pensão dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.
Dimensão	195,16 hectares.
Localização	Entre praias e o centro histórico de São Luís.
Problemas	Abandono, degradação natural, desperdício de área e do potencial urbano e ambiental, aplicação indevida de recursos públicos e divergências sobre destinação, uso e ocupação do espaço.
Proposta	Criação do Parque na área ambiental, da Cidade da Ciência da Cultura na área urbana e de nova avenida de acesso.

Tabela 2: usos e áreas destinadas na proposta para o Sítio Santa Eulália

Zona	Uso / Atividade	Hectare	Total
Área de Interesse Ambiental	Parque para visitação pública	27,58	150,95
	Reflorestamento	61,12	
	Preservação no entorno do igarapé	59,23	
	Uso Restrito, Laboratório e Museu do Mangue.	3,02	
Área de Interesse Urbano	Quadras e praças	28,00	45,00
	Calçadas, jardins, vias e estacionamentos laterais.	17,00	
Área Total	-		195,95

A primeira área - de interesse ambiental - representa a principal destinação de toda a proposta. Inclui ações de preservação no entorno do igarapé, que abrangem aproximadamente 59,23ha; área de reflorestamento, que abrangem 61,12ha e o Parque para visitação e usos públicos, para o qual estão reservados 27,58 ha, com equipamentos para esporte e lazer: poliquadras, pista de *skate*, campo de futebol, *playground*, pista de *cooper*, ciclovias, jardins, concha acústica, postos de segurança, apoio administrativo, banheiros, estacionamento e o viveiro botânico, este com quase 1,45 ha, situado na região central do Parque e integrado às outras áreas. Estão previstas ainda áreas de uso restrito, com 3.02 ha, que envolvem laboratório e museu do mangue. Resumidamente, se pode apontar que essa concepção é ousada pela expressiva extensão da área de acervo ambiental -1.203 milhão de metros quadrados - que pretende abrigar, recuperar e valorizar.

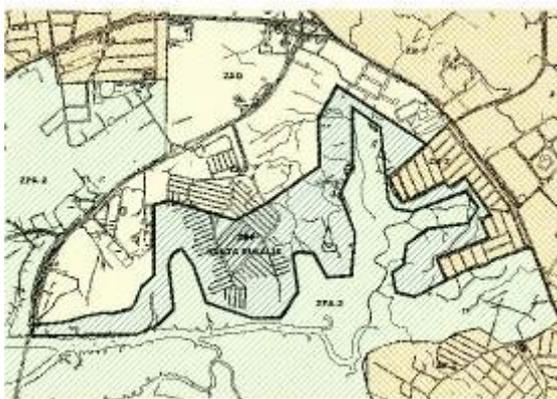


Figura 4: mapa de zoneamento da lei de uso do solo local vigente e planta de concepção para implantação do Parque e da Cidade, da Ciência e da Cultura, no Sítio Santa Eulália.



Figura 5: perspectivas das áreas esportivas e do viveiro do Parque Santa Eulália.

A área de interesse urbano - na prática, um bairro - está situada entre o Parque e a Avenida Euclides Figueiredo, e foi denominada Cidade da Ciência e da Cultura, com 45,00 ha. Aproximadamente, 28,00 ha estão reservados para moradia, lazer, serviços, comércio e espaços para centros de pesquisa e ciência, sobretudo, relacionados ao meio ambiente: biologia, botânica, hidrografia, clima e solos.

Ressalta-se que a destinação desses espaços pode e deve sofrer flexibilizações e se estender a atividades correlatas aos interesses de pesquisa e conhecimento que, certamente, vão se consolidar no Estado em face de novos investimentos econômicos já anunciados: energia e petróleo, siderurgia, engenharia portuária e aeroespacial, astronomia, meteorologia, tecnologia da informação etc.

A proposta do bairro prevê ocupação de baixa densidade, generosos afastamentos e intensa presença de vegetação, o que acentua a qualidade das áreas públicas, dos espaços urbanos coletivos e a paisagem natural do Parque. Como ilustra a Figura 06, a área urbanizada com quadras, vias, praças, calçadas, passeios e jardins - todas de uso coletivo, portanto - na prática, agregam extensão e aspectos paisagísticos similares aos de um parque ambiental convencional de 45 hectares.

No centro do bairro estão o teatro, um edifício de serviços e uma grande praça - com 5.569,09 m² - esta, alinhada ao eixo do viveiro botânico, no Parque. Todo o conjunto e seus elementos, individualmente, incorporam a ideia de integração entre urbano e ambiental, própria da concepção geral dessa proposta.

Nas áreas mais interiorizadas do bairro, - sem acesso direto às vias expressas - estão alocados os espaços para moradia. Nesse caso, a solução segue conceitos de hierarquia viária, com pistas secundárias de redução de velocidade e fluxo, garantindo às unidades residenciais privacidade, silêncio, segurança e autonomia de deslocamento até os demais equipamentos (Figura 04). A circulação de veículos interna a essa área disporá de 9,50 km de pistas de rolamento. Já pedestres e ciclistas terão mais de 100.000 metros quadrados de passeios, praças, vias, jardins e calçadas.



Figura 6: perspectivas da Cidade da Ciência e da Cultura: a grande praça, viveiro ao fundo, teatro, o edifício principal e a composição do conjunto.

Os acessos se darão através de dois eixos principais: o primeiro, pela Avenida Euclides Figueiredo, já existente; e outro, através de nova via expressa como extensão da Avenida Ferreira Gullar, - esta, também já existente - que deverá atravessar a região do Sítio entre o bairro e o Parque. Em uma primeira etapa, essa nova avenida ligará o Parque e o novo bairro a equipamentos importantes na região: shoppings, prédios comerciais e de serviços, hospitais, central de abastecimento de alimentos, instituições públicas, entre outros. Posteriormente, essa nova via deverá alcançar a Avenida Jerônimo de Albuquerque, na altura do bairro do Angelim, totalizando 10,2km de extensão. Isso vai permitir futuras opções de ruas para aliviar a carga veicular nas avenidas Euclides Figueiredo e Jerônimo de Albuquerque, já bastante comprometidas.

A aplicação dos princípios do Desenho Urbano, no caso em questão, propõe soluções integradas, conciliação de problemas diversos, compatibilização de interesses gerais e específicos e, sobretudo, otimização da capacidade agregadora e estratégica que a gleba oferece, tanto para sua região, como para toda a cidade (Figuras 04, 05 e 06). Houve, nessa concepção, a intenção precípua de integrar o novo bairro à cidade, o novo bairro ao novo Parque e ambos à cidade.

Observe-se que, nessa proposta, a legislação vigente é atendida em seus critérios mais fundamentais: zoneamento, uso e ocupação do solo (Figura 04), planejamento e função social. E sua concepção prioriza os aspectos ambientais e econômicos com o propósito de ampliar as potencialidades intrínsecas à área e garantir sua integridade.

O que cumpre realçar é que uma adequada fundamentação teórica é essencial para o aproveitamento do potencial de determinada área, especialmente, se de propriedade e interesse públicos. Contudo, é decisivo que o poder público atue e intervenha, ao contrário do que se observa no caso do Sítio Santa Eulália, a despeito do papel influenciador que o Estado desempenha como membro cativo do Conselho do FEPA, proprietário da gleba.

Sob os aspectos financeiro e econômico, a proposta apresenta números consideráveis que hão de convergir para perspectivas concretas de investimentos e de novos impulsos para a economia regional, como ilustra a Tabela 03. O empreendimento prevê a construção de 460 mil metros quadrados de áreas urbanizadas: jardins, equipamentos de lazer e esporte, praças, calçadas e mais de 49,45 quilômetros de vias e infraestrutura. E ainda, a construção de 582 mil metros quadrados em espaços edificados para moradia, serviços e comércio.

Esse volume corresponde a vários e diferentes projetos públicos e privados, de pequeno e médio porte, se empreendidos simultaneamente em São Luís.

Finalmente, cabe registrar que os investimentos previstos são da ordem de R\$ 912 milhões de reais, a serem aplicados ao longo de dez anos. O empreendimento vai gerar, por esse período, a média de 10.300 mil postos de trabalhos diretos, como mostra a Tabela 03. E uma vez concluído, a previsão é de que mais 6.503 mil vagas sejam criadas direta ou indiretamente pelas atividades propostas, além do que potencialmente deverá ser gerado pela demanda da população de 6.000 mil pessoas residentes no novo bairro e de mais 6.433 mil pessoas circulantes diariamente, como ilustra a Tabela 03.

Tabela 3: referências gerais e investimentos.

AÇÕES	RESULTADOS	Área / m ²	Extensão / Km	População	Investimentos/ R\$
Construção Civil e Meio Ambiente.	Espaços edificadas	582,310.00			
	Urbanização, jardins, praças, calçadas.	460,700.00			
	Vias, estacionamentos, sanitários, apoio, iluminação, comércio e serviços.		49.45		
	Reflorestamento e preservação.	1.203,500.00			
Interesse Social e Econômico.	Vagas de trabalho durante a obra.			10,302.86	
	Vagas de trabalho após a obra.			6,503.99	
	Flutuante diária estimada			6,433.75	
	Residente.			6,000.00	
	Total de recursos estimados.				912,078,000.00

- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

Choy, Francoyse (1965) **O Urbanismo, Utopias e Realidade, Uma Antologia**, São Paulo, Perspectiva.

Eisner, Simon; Eisner, Stanley; GALLION, Arthur (1993). **Urban Pattern**. New York: Van Nostrand Reinhold.

Governo do Estado do Maranhão (1998) **Lei Complementar n° 40 / 1998**, Governo do Estado do Maranhão, Maranhão.

Hartshorn, Truman A. (1992) **Interpreting the City: An Urban Geography**, New York, John Wiley & Sons.

Jackkopöyry Engenharia Ltda (1989) **Industrialização e Urbanização da Região de São Luís e suas Conseqüências Ambientais, Doc. Síntese, Vol. III**, São Luís, SMEMA e CVRD.

Krafta, Rômulo (1986). **Desenho Urbano e Regulação Urbanística. In: Seminário de Desenho Urbano no Brasil, 2, 1986, Brasília, Anais**, São Paulo, Pini.

Madanipour, Ali (1996). **Design Of Urbanspace: An Enquiry Into A Socio-Spatial Process**, West Sussex, John Wiley & Sons.

Marques, Gustavo M (1996). **Uma Estratégia de Desenvolvimento para São Luís – MA / Brasil**. (Dissertação de Mestrado) - Master Science in Planning Studies, School of Planning, Oxford Brookes University. Oxford, Inglaterra.

Meireles, Mário M. (1992) **História do Comércio do Maranhão**, São Luís do Maranhão, Associação Comercial do Maranhão e LITHOGRAF.

Prefeitura Municipal de São Luís (1992) **Lei de Zoneamento, Parcelamento Uso e Ocupação do Solo**, São Luís do Maranhão, PMSL.

Prefeitura Municipal de São Luís (1975) **Plano de Transporte e Desenvolvimento da Cidade**, São Luís do Maranhão, PMSL.

Prefeitura Municipal de São Luís (1992) **Rua Grande: Um Passeio no Tempo**, São Luís do Maranhão, PMSL.

Prefeitura Municipal de São Luís (1992) **Plano Diretor de São Luís**, São Luís do Maranhão, PMSL.

Prinz, Dieter (1980). **Urbanismo I – Projecto Urbano**, Lisboa, Editorial Presenta

República Federativa do Brasil (2001) **Lei 10.257 / 2001: Estatuto da Cidade**, www.cidade.com.br, Brasil.



- **FICHA TÉCNICA**

Autor: Gustavo Martins Marques

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Localidade: Cidade de São Luís, Maranhão, Brasil.

Contatos: gustavo@gmarques.com.br e www.gmarques.com.br

Telefones: 55 98 3227 8264/ 98 3235 5428/ 98 9973 3330

Título: Parque Santa Eulália e Cidade da Ciência e da Cultura

Identificação: 266

Tópico: Qualidade de Vida Urbana

Tema: Cidades Inovadoras e Inteligentes

Evento: Congresso Pluris 2010

Secretariado do Pluris 2010

Contatos pluris2010@civil.uminho.pt e <http://pluris2010.civil.uminho.pt>

Telefone: + 351 253 604 727

Local do Evento: Instituto Superior de Engenharia, Campus da Penha da Universidade do Algarve, cidade Faro, Portugal.